

A educação fundamental

Jutahy Magalhães

24 NOV 1989

Se o crescimento econômico obtido pela sociedade brasileira nas últimas décadas é uma conquista indiscutível, o País não teve o mesmo sucesso, infelizmente, na concretização das metas sociais indispensáveis para que atingíssemos estágios de desenvolvimento compatíveis com a posição econômica alcançada.

No campo da educação, particularmente, ainda não conseguimos proporcionar nem ao menos a educação básica para a maioria de nossa população.

Mas qual a importância de educação em nosso atual contexto brasileiro?

A integração de todas as crianças e adolescentes na rede oficial de ensino regular, bem como a erradicação do analfabetismo, prioridades expressamente estabelecidas pela Constituição de 1988, representam passo fundamental no processo de correção dos desníveis sócio-econômicos de nosso País.

As faixas populacionais mais pobres formam 70% da população brasileira. A grande maioria de suas crianças ingressa nas escolas com problemas de ordem psíquica, emocional, social e física.

Com problemas em seu núcleo familiar, seja por razões de ordem econômica, seja por motivos de ordem social, essas crianças, sujeitas a maus tratos, a doenças como a desnutrição e a verminose, a vícios, sem espaço para o lazer cotidiano, mal alimentadas, são impelidas a procurar as ruas.

Ao tempo em que todas deveriam estar sentadas nos ban-

cos escolares, muitas delas buscam, por meio de expedientes nem sempre aceitáveis, complementar a renda familiar.

Por outro lado, a maioria delas, quando consegue ingressar em nosso sistema educacional, tende, rapidamente a abandoná-lo, uma vez que a escola, tal como funciona hoje, está estruturada de forma a discriminar e excluir os alunos das classes desfavorecidas, através de um sistema rígido de horários, exames e reprovações, inadequado à realidade de vida que os pequenos enfrentam.

As consequências do fracasso do atendimento escolar, que se manifesta nos altos índices de evasão e reprovação dos alunos do ensino fundamental oficial, são muito graves. Excluídos das escolas, os desfavorecidos vão engrossar, nas ruas, o contingente de marginais que tanto compromete o futuro do Brasil.

Hoje, temos no Brasil em torno de 39 milhões de menores carentes — crianças e adolescentes — condenados à marginalidade e destinados a tornarem-se mão-de-obra desqualificada, ou, pior, a utilizarem a violência como uma das formas de sobrevivência.

Como resolver esse angustiante problema? É fundamental o investimento na educação. Entretanto, é preciso, também, levar em conta que não é possível, às crianças participantes desse meio subsocial, freqüentar as escolas normais, por oito ou mais anos, pois sua necessidade mais urgente é iniciar-se no trabalho, tornando-se economicamente ativas.

Assim sendo, ainda que se invista muito em educação, haverá dificuldade para reverter a atual situação, se não operar-se a mudança de alguns conceitos de nosso sistema de ensino.

Nesse sentido, entendo que uma alternativa viável seja a criação de uma rede de escolas especializadas no atendimento de crianças e adolescentes em situação de risco (assim entendidos os menores em situação irregular, de acordo com o Código de Menores), integradas com a comunidade e voltadas para o atendimento global do educando, que compreende a assistência às suas necessidades básicas e a oferta de ensino fundamental profissionalizante.

Daí porque apresentei, recentemente, no Senado Federal, projeto de lei detalhando essa proposta.

No momento em que, em nível internacional, a ONU acaba de instituir o Estatuto da Criança, é essencial que o Estado brasileiro assuma sua responsabilidade de atender às crianças e adolescentes em situação de risco, integrando-os à rede oficial de ensino regular; adaptando o ensino em função da idade dos educandos, das suas disponibilidades, carências e necessidades, e visando o combate ao analfabetismo, à iniciação ao trabalho e a inserção na sociedade global.

A escola pode ser fundamental no sentido de fornecer esquemas compensatórios contra o impacto dos problemas sócio-econômicos que afetam nossa sociedade.

Jutahy Magalhães é senador (PMDB-BA)